



Agência Nacional de Telecomunicações

**Concurso Público
Nível Superior**

**Cargo 6: Especialista em Regulação de
Serviços Públicos de Telecomunicações
Área: Jurídica**

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

Aplicação: 12/9/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRÁSILIA
Unidade Especializada para Realizar Provas

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**, e a prova discursiva, composta de quatro questões, acompanhada de quatro páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e todas as folhas de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A descobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou nas folhas de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **13/9/2004**, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB.
- II **14 e 15/9/2004** – Recursos (provas objetivas): em locais e horários que serão informados na divulgação dos gabaritos.
- III **13/10/2004** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1/2004 – ANATEL, de 6/5/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

Sem espelho falante

1 A vida em Estouros, povoado a 290 km de Belo Horizonte, segue um ritmo que parece eterno. Não é necessário relógio. Acorda-se com o raiar do Sol e dorme-se quando as estrelas começam a surgir. Os homens trabalham a terra e as mulheres cuidam da casa e dos filhos. Nas refeições, as famílias se alimentam daquilo que a terra lhes devolve. Os jornais só aparecem para
4 embrulhar encomenda. Estouros é um lugar sem aquele eletrodoméstico que ocupa o lugar central na residência da maioria dos brasileiros — um aparelho de TV. O que é a TV?

O menino Carlos, 10 anos, sete irmãos criados por um lavrador, que todos os dias caminha 12 km para ir à escola e
7 voltar, explica: “É uma caixa de som com um espelho na frente.” O irmão mais velho, Wilson, já viu TV nas redondezas. Mas, se pudesse, Wilson não compraria um aparelho. Uma égua de 3 anos teria maior utilidade: “Eu descansaria das pernas. A gente anda sempre a pé ou no caminhão do leite.” Wilson assistiu à exibição de um programa de reportagens ao vivo e ficou de olhos
10 esbugalhados. Não se conforma até hoje: “A gente vê batida de carro, roubo”, espanta-se. “Aqui não tem nada disso. Tem bandido que mata a pessoa à toa. Aqui a gente mata porco. E para comer.”

É mesmo estranha a vida sem o espelho falante do pequeno morador. Serra Velha, em Santa Catarina, com 300 habitantes
13 e 60 casas, é um povoado encravado em uma montanha e seu acesso é restrito a uma única estrada. Ali nunca se ouviu falar do pacote do ministro da Fazenda. Tampouco de Roberto Carlos ou Pelé. O ídolo naquelas paragens é o professor Santanor, único na região, proprietário de uma caminhonete que faz 30 km por hora como velocidade máxima. Pessoa mais bem informada da
16 cidade, o professor não sabe o nome do cidadão que exerce o cargo de presidente da República.

Esse país indiferente à passagem do tempo, mais pobre e menos confortável, mas pacífico, integra uma das mais bem-sucedidas utopias nacionais. A do Brasil rural, de pessoas simples e valores estabelecidos, de pequenos heróis e pequenos
19 vilões naturais em qualquer parte. É um país delicioso de ver e explorar, como descobriram as novelas rurais que a TV produz e eles não vêem. Mas é uma utopia urbana achar que o povo desses lugares quer ficar assim. TV é eletricidade, eletricidade é progresso e não há como preferir um lampião de querosene a uma lâmpada, nem é possível achar que o cidadão que não sabe o
22 nome do presidente é mais feliz do que aquele capaz de recitar a lista de todos os ocupantes do Planalto de 1964 para cá.

Há seis meses, em Lagoa do Oscar, lugarejo do interior de Minas, correu o boato de que, enfim, os postes de luz
chegariam ao local. Foi um alvoroço. O roceiro Domingos, um senhor já de meia-idade, percorreu 110 km apenas para fazer uma
25 troca. Entregou uma espingarda nova para um muambeiro, que lhe deu uma TV portátil trazida do Paraguai. O roceiro aguardou quatro meses pela luz. Como ela não veio, vendeu a TV para um caminhoneiro. Mas não desistiu. “As crianças só falam do dia em que terão uma TV em casa”, diz.

28 Com 3.000 moradores, a 700 km de Salvador, Muquém é outro exemplo. Ali não existe luz elétrica, água encanada nem rede de esgoto. Mas tem TV. Um aparelho, de propriedade da prefeitura, ligado a um gerador a óleo diesel. Todos os dias, um funcionário pega o televisor de 20 polegadas em um barraco onde ele fica trancado e o transporta até a praça da cidade. Ali, cercada
31 com arames farpados, a TV fica ligada das 6 da tarde até às 11 da noite. Até o prefeito acha um absurdo. “É um luxo gastar dinheiro com isso”, reconhece. Mas não há alternativa. Desde que a TV foi instalada, no final de 1991, é sucesso absoluto. Nos dias normais, reúne 30 pessoas na praça. Em grandes momentos, passa de 80.

Veja, 5/1/1994 (com adaptações).

A comunicação humana pode ser entendida como o processo de transferência e compreensão de mensagem. Com relação a esse assunto e a partir das idéias do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 Depreende-se do texto que, devido ao baixo poder aquisitivo das populações apresentadas, o processo de compreensão de mensagens orais entre os moradores é prejudicado.
- 2 Deduz-se, pela explicação de Wilson, nas linhas de 7 a 11, que o animal tem mais utilidade que a televisão, uma vez que esta apresenta cenas de violência que não são relevantes nem educativas aos jovens moradores da zona rural.
- 3 O quanto parágrafo do texto, embora tenha natureza dissertativa, diferentemente dos três anteriores e dos dois posteriores, em que se sobrepõem a descrição e a narração, não pode, a princípio, constituir um trecho de relatório técnico.
- 4 Tanto para os moradores das regiões referidas, quanto para o autor do texto, o valor maior da televisão consiste em apresentar a realidade de uma forma utópica que, apesar de nem sempre ser positiva, alimenta o imaginário das pessoas, proporcionando, assim, prazer e conhecimento.

Os itens seguintes apresentam adaptações de passagens dos parágrafos do texto, na ordem em que estes se apresentam. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- 5 Em Estouros, um povoado há 290 quilômetros de Belo Horizonte, não é necessário relógio, por que as pessoas acordam com o raiar do Sol e dormem quando as estrelas começam a surgir.
- 6 O menino Carlos e seus irmãos, criados por um lavrador, todos os dias caminham doze quilômetros para ir à escola e de lá voltar; Wilson — um dos irmãos — que já tinha assistido à televisão nas redondezas afirmou que preferiria adquirir uma égua a um aparelho de TV.
- 7 A pessoa mais bem informada e ídolo na região, o professor Santanor é proprietário de uma camionete com carroceria de madeira e motor de barco que alcança a velocidade máxima de trinta quilômetros por hora.
- 8 O país rural, de pessoas simples e valores sólidos, é bom de ser visto nas novelas rurais da televisão, mas é parte da utopia urbana julgar que às pessoas desses lugares é agradável ficar assim.
- 9 Quando correu o boato de que os postes de luz chegariam ao interior de Minas, foi um alvoroço: houve quem percorresse cento e dez quilômetros apenas para adquirir, por troca, uma TV portátil trazida do Paraguai, só afim de satisfazerem as crianças.
- 10 Apesar de o prefeito de Muquém, na Bahia, achar um absurdo gastar dinheiro público com distração, em um lugar onde não existe luz elétrica, água encanada nem rede de esgoto, todos os dias um funcionário leva um aparelho de TV até a praça da cidade para a população se divertir das 18 às 23 horas.

With a population of approximately 170 million people, Brazil ranks as the sixth most populous nation in the world. In 2002, Brazil had the largest economy in Latin America, with a gross domestic product of US\$ 407.7 billion and an annual growth rate of 2.1%. Brazil has the largest telecommunications sector in the region. In 2001, Brazil's net revenue for telecommunications equipment and services was approximately US\$ 31.5 billion. Services accounted for US\$ 23.0 billion while telecommunications equipment and software suppliers generated the remaining US\$ 8.5 billion.

In 1998, through twelve consecutive auctions, the Brazilian state-owned telecommunications system — TELEBRAS — was privatized. This included the sale of three holdings for fixed-line telephone systems, one long-distance carrier, and eight cellular telephone companies. The government's proceeds from the sale were a total of US\$ 8.8 billion, a premium of 63% over the minimum price set for the auction. Privatization of the telecommunications sector has brought Brazil unprecedented investments of approximately US\$ 27.9 billion since the process began. Industry analysts predict an injection of an additional US\$ 5.5 billion in 2003, mainly from carriers committed to introducing GSM services in the country. The Brazilian communications regulator — ANATEL — predicts that total telecommunications investment in Brazil will reach US\$ 64 billion by 2005.

Brazil joined the World Trade Organization (WTO) in 1995 but has yet to sign the WTO's Information Technology Agreement that reduces tariffs on information and communications products to zero. The average import duty for telecommunications equipment is 15% to 17%. There are no unbundling requirements for incumbent telecommunications service providers in Brazil and telephone number portability does not exist.

Internet: <<http://www.osec.doc.gov/obl/brazilmission2003/Industry%20Telecommunications.htm>> (with adaptations).

Based on the text above, it can be correctly concluded that

- 11 Brazil has not only the largest economy but also the largest telecommunications sector in Latin America.
- 12 TELEBRAS was privatized late in the 90's.
- 13 never before had Brazilian communications had so much investment.
- 14 Brazil has already signed the WTO's Information Technology Agreement.
- 15 "predicts" (l. 24) means **foretells**.

Today, telecommunications technology affects lives to a greater degree than ever before. Communication has evolved over many years from the earliest attempts at verbal communication to the use of sophisticated technology to enhance the ability to communicate effectively with others. Every time a telephone call is made, a television program is watched, or a personal computer is used, benefits of telecommunication technologies are being received.

The concept of telecommunications is defined as the transmission of information from one location to another by electronic means. Life is changing constantly and has been changing faster due to the rapid advancements in telecommunication. Because of continuing attempts to find better and more efficient ways to communicate, the process of communication has steadily improved. Many of these improvements were made without the use of electronic technology.

I n t e r n e t :
<http://www.goldenessays.com/free_essays/4/technology/telecommunications-advances.shtml> (with adaptations).

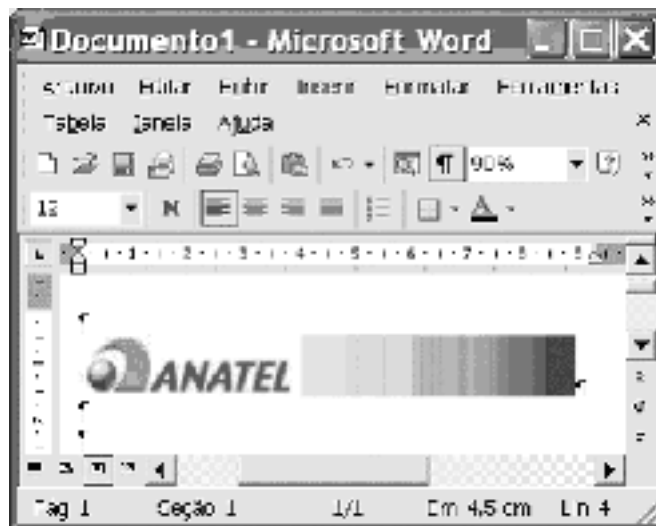
According to the text above, judge the following items.

- 16 At present, telecommunications technology has greater influence on people's lives than ever before.
- 17 Telecommunications technology has undergone a sudden evolution since its very beginning.
- 18 Telecommunications mean the use of other devices rather than the electronic ones.
- 19 "without"(Q.16) is the opposite of **with**.
- 20 The word "steadily"(Q.15) means **inconsistently**.



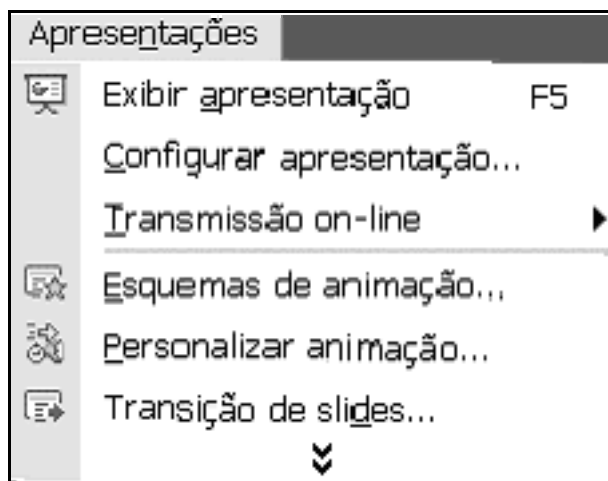
Um usuário acessou, por meio de uma conexão ADSL e utilizando o Internet Explorer 6 (IE6), o sítio da ANATEL <http://www.anatel.gov.br> e, após navegar pelas páginas desse sítio, obteve a página web mostrada na janela do IE6 ilustrada acima. Considerando essa situação e sabendo que o computador do usuário tem como microprocessador um Pentium 4 de 2,8 GHz, *cache* de 512 kB e 256 MB de RAM, julgue os itens de 21 a 23.

- 21 Com base nas informações mostradas na janela do IE6, é correto concluir que, ao se clicar o botão , será armazenado, na mídia que estiver inserida no Zip drive do computador do usuário, um arquivo do tipo Word, cujo *download*, a partir do sítio da ANATEL, já foi realizado. Caso não haja mídia inserida no Zip drive do computador, antes do armazenamento, será solicitada ao usuário a indicação de uma pasta na qual o arquivo deverá ser armazenado.
- 22 Se o computador não dispusesse de *cache*, não seria possível ter acesso à Internet por meio de conexão ADSL. Por outro lado, pelo fato de o computador dispor de *cache* de 512 kB, a conexão à Internet mencionada pode atingir taxas de transmissão, no *download* de arquivos, de até 256 kbps.
- 23 Caso o computador do usuário disponha de recursos de *firewall*, ao se clicar o botão , será possível identificar intrusos que estejam conectados ao computador por uma porta IP não-autorizada.



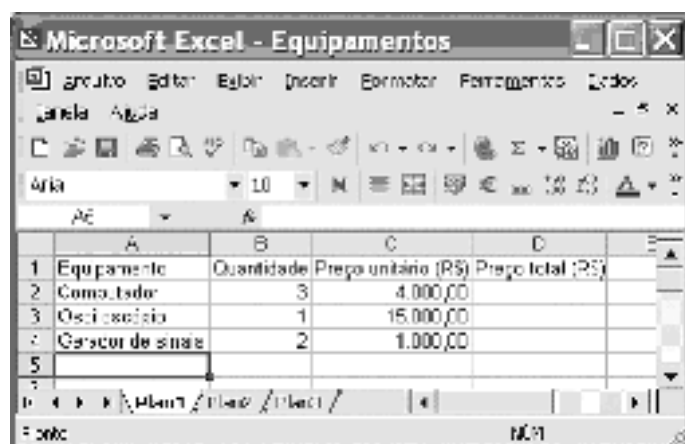
A figura acima mostra uma janela do Word 2002, que contém um documento em processo de edição. Acerca dessa janela e do Word 2002, julgue os itens subsequentes.

- 24 Sabendo que o documento em edição contém o logotipo da ANATEL, é correto afirmar que esse logotipo foi inserido como um cabeçalho e aparecerá automaticamente em todas as páginas do documento.
- 25 Caso se digite um texto na situação do documento mostrado e a partir da posição em que se encontra o ponto de inserção, esse texto estará em um parágrafo alinhado à esquerda e com fonte de tamanho 12.



Considerando a figura acima, que ilustra parte da janela do menu **Apresentações** do aplicativo PowerPoint 2002, julgue o item a seguir.

- 26 Por meio da opção  Personalizar animação... é possível adicionar ou alterar efeitos de animação de um *slide*. Esses efeitos incluem sons, movimentação de objetos e de texto, entre outros.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002 com uma planilha que está sendo elaborada. Com relação a essa janela e ao Excel 2002, julgue seguinte o item.

- 27 Para se calcular o valor total dos três computadores indicados na janela e pôr o resultado na célula D2, é suficiente selecionar as células B2 e C2, clicar  e, em seguida, clicar a célula D2.



Considerando a figura acima, que mostra parte da área de trabalho do Windows XP, que está sendo executado em um computador PC compatível, julgue o item abaixo.

- 28 Ao se clicar  com o botão direito do mouse, será exibido um menu com uma lista de opções, entre as quais a opção Esvaziar Lixeira, que permite esvaziar a lixeira do Windows XP.

Em determinado computador, as únicas unidades de armazenamento de massa existentes são o disco rígido e a unidade de disquete de 3½". Além disso, esse computador não possui recursos para que seja conectado em rede. Considere que no disco rígido desse computador existe arquivo de 10 MB que deve ser transferido para um outro computador.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

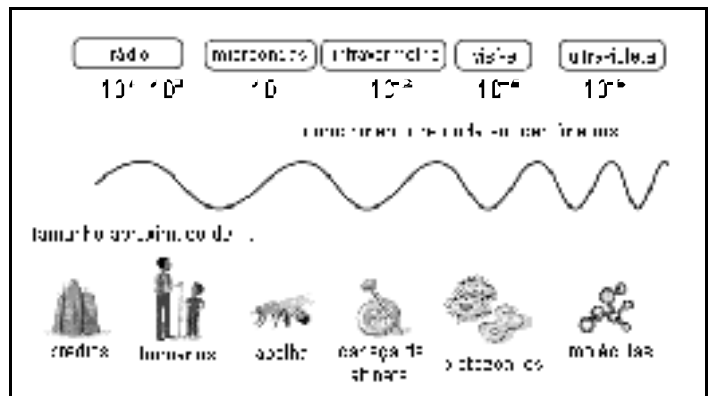
- 29 A instalação de uma unidade de disco do tipo CD-RW no computador não permitiria a transferência do arquivo mencionado, pois a mídia CD-RW permite apenas leitura e não escrita. Assim, apesar de o CD-RW ter capacidade muito maior que a do disquete, o usuário não seria capaz de gravar o arquivo nesse CD e transferi-lo para outro computador.
- 30 O uso de versões mais atuais do programa WinZip poderá permitir a transferência do arquivo mencionado em disquetes de 3½", pois esse programa é capaz de compactar um arquivo e armazená-lo em um ou mais disquetes de 3½".

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 31 O servidor público em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão, inclusive os relativos a funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação em que cumpre o estágio probatório.
- 32 O servidor público que, ao término do estágio probatório, não satisfizer as condições estabelecidas para esse estágio será demitido.
- 33 É defesa a participação de servidor público em sociedade comercial limitada na qualidade de cotista majoritário.
- 34 É facultado ao servidor público afastado para o exercício de mandato eletivo de prefeito optar pela remuneração que lhe seja mais favorável.
- 35 É possível o seqüestro, arresto ou penhora de vencimento, remuneração ou provento nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

Com relação à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), julgue os itens seguintes.

- 36 Os atos administrativos de conteúdo normativo da ANATEL podem produzir efeito mediante sua inserção na página eletrônica dessa agência, desde que haja certificação digital do documento.
- 37 O ouvidor da ANATEL é nomeado pelo Conselho Diretor da agência para mandato de prazo idêntico ao desse conselho, sendo vedada a recondução ao cargo.
- 38 A ANATEL tem competência administrativa para composição de conflitos de interesses entre as prestadoras dos serviços de telecomunicações.
- 39 A autorização para que empresa brasileira participe em organizações ou consórcios intergovernamentais destinados ao provimento de meios ou à prestação de serviços de telecomunicações depende de prévia realização de consulta pública e, posteriormente, de decreto.
- 40 O ocupante de cargo de especialista em regulação de serviços públicos de telecomunicação pode, no exercício de suas funções, promover a interdição de estabelecimentos, instalações e equipamentos.



Internet: <<http://www.nasa.gov>>.

O espectro eletromagnético tem algumas propriedades que os economistas denominam de bem comum. Ele é um bem comum não-usual porque não pode ser destruído pelo uso, ao contrário, por exemplo, do ferro, do petróleo ou do carvão. Quando um usuário deixa de utilizar uma parte do espectro, um outro pode fazê-lo. Contudo, o espectro é escasso, porque, para um dado momento e lugar, o uso de determinada faixa espectral pode eliminar qualquer possibilidade de sua utilização por outro usuário. Na figura acima, é feita uma comparação entre comprimento de onda, em faixas do espectro eletromagnético, e dimensões físicas de entes conhecidos.

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

- 41 O comprimento de onda na faixa de microondas é menor que o comprimento de onda na faixa de rádio. Por isso, os sinais em microondas atravessam com mais facilidade os obstáculos que os sinais de rádio. Esse é o motivo de os serviços de telecomunicação em microondas utilizarem potência de transmissão inferior à usada em sistemas na faixa de radiofrequência.
- 42 Apesar da denominação dada a sistemas de comunicação ópticos, estes não utilizam a luz visível para transmitir informação, mas uma frequência na faixa de ultravioleta. Nessa faixa, o comprimento de onda é da ordem da dimensão das moléculas do material da fibra, o que facilita a sua passagem por esse meio, diminuindo, em consequência, a atenuação da potência do sinal.
- 43 De acordo com a classificação do espectro eletromagnético ilustrado na figura, em um serviço de radiodifusão comercial AM na faixa de ondas médias, o comprimento de onda tem tamanho comparado ao de prédios. Essa também é a ordem de grandeza das antenas transmissoras usadas nesse serviço, as quais devem ser fisicamente grandes para que a potência do transmissor seja radiada de forma eficiente.

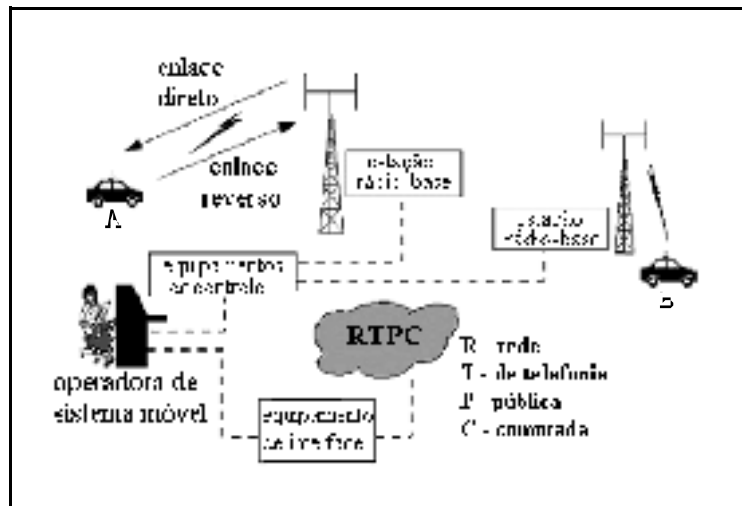
44 Os sistemas de televisão por assinatura podem utilizar o meio guiado (cabo) e o não-guiado (espaço) para a transmissão da informação. No caso de sistema de TV via cabo, pode ser empregada uma estrutura híbrida composta de fibra óptica e de cabo coaxial, o que implica a utilização de duas faixas de frequência do espectro eletromagnético para a transmissão da informação.

Com relação a sistemas de telecomunicações, julgue os itens seguintes.

45 A radiodifusão sonora é um exemplo de comunicação simplex sem fio que usa ondas eletromagnéticas como veículo para a informação. Para que as antenas de transmissão e de recepção tenham dimensões físicas aceitáveis e para que se possa ter diversas emissoras de rádio operando simultaneamente em uma mesma localidade, é indispensável o uso de técnicas de modulação. Atualmente, no Brasil, a radiodifusão sonora utiliza a modulação de amplitude (AM) ou a modulação de frequência (FM).

46 As técnicas de múltiplo acesso são a base dos sistemas de telefonia móvel celular. Os sistemas analógicos usam a técnica FDMA (*frequency-division multiple access*). Os sistemas digitais usam a técnica TDMA (*time-division multiple access*) ou a CDMA (*code-division multiple access*).

47 SDH (*synchronous digital hierarchy*) e ATM (*asynchronous transfer mode*) são sistemas de multiplexação. Aquele baseia-se em comutação de circuitos, este, em comutação de pacotes.



Considerando a figura acima, que ilustra a arquitetura típica de um sistema de telefonia móvel celular, julgue os itens seguintes.

48 Considere a seguinte situação hipotética.

João, que é cliente de uma operadora de telefonia móvel celular da banda B cujo sistema é do tipo GSM, enviou uma mensagem para seu amigo Pedro, por meio do serviço de *short message* de sua operadora. Pedro é cliente de uma operadora de telefonia móvel da banda A cujo sistema utiliza a tecnologia denominada CDMA, padrão CDMAone.

Nessa situação, para que a comunicação entre Pedro e João seja estabelecida, a RTPC deverá ser utilizada. Como a RTPC é do tipo comutada a circuito e os sinais que nela trafegam devem ser analógicos, a operação desejada por João não poderá ser realizada, pois o serviço de *short message* exige a comutação por pacotes e transmite informação no formato digital.

49 Em sistemas de telefonia móvel de segunda geração (2G) e na situação ilustrada na figura, a comunicação entre um usuário no veículo A e um usuário no veículo B pode ser estabelecida sem o uso dos equipamentos de controle da operadora de sistema móvel, ou seja, por meio de um enlace direto entre as duas estações rádio-base envolvidas.

50 Para que o sistema de telefonia móvel celular possa funcionar corretamente, a área a ser coberta por ele é dividida em regiões denominadas células. Nesse tipo de sistema, o reúso de frequências não é permitido, caso a tecnologia de transmissão digital seja utilizada. O reúso de frequência aumenta a interferência entre células vizinhas e os sistemas digitais não operam corretamente na presença de interferências.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere a princípios gerais do direito, julgue o item a seguir.

- 51 Comumente, para a investigação dos princípios gerais do direito, parte-se de disposições particulares da lei que são elevadas, por generalização crescente, até se localizar o princípio em que se enquadre o caso concreto não previsto pela norma legal.

A respeito do direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 52 O direito constitucional tem como traço característico a superioridade hierárquico-normativa, que se apresenta em três perspectivas: as normas de direito constitucional são superiores e seu fundamento de validade encontra-se nelas próprias (autoprimazia normativa); as normas de direito constitucional são normas das normas, pois representam fontes de produção jurídica de outras normas; a superioridade normativa das normas constitucionais traduz o princípio da conformidade de todos os atos dos poderes políticos com a Constituição.
- 53 O conceito de constituição no sentido político consiste na soma dos fatores reais de poder que vigem em um país. Essa seria a constituição real e efetiva, ao passo que a constituição escrita, segundo essa mesma concepção, nada mais representaria que uma folha de papel.
- 54 Do ponto de vista dogmático, a doutrina classifica as constituições em ortodoxas, inspiradas em uma única ideologia, e ecléticas, quando se deixam impregnar por concepções diversas, buscando-se harmonizar ideologias contraditórias, senão conflitantes.
- 55 O lastro formal da origem do constitucionalismo está nas constituições escritas e rígidas dos Estados Unidos da América (1787), no período posterior ao da independência de suas treze colônias, bem como na constituição francesa (1791). Possui como características os seguintes sinais: organização do Estado e limitação do poder estatal, por meio de direitos e garantias fundamentais.
- 56 As normas constitucionais de eficácia contida, também denominadas normas constitucionais de eficácia limitada, traduzem-se nas normas que incidem imediatamente e produzem, ou podem produzir, todos os efeitos almejados. Contudo, prevêem meios ou conceitos que permitem sua eficácia contida em certos limites, dadas certas circunstâncias. Em tais normas, o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados. Exemplo de tal sorte de normas seria a regra constitucional que estabelece a liberdade de trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

- 57 O princípio de interpretação da Constituição segundo o qual, na solução de problemas jurídico-constitucionais, deve-se dar primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política, denomina-se princípio da concordância prática ou da harmonização.
- 58 A chamada interpretação conforme a Constituição somente é viável quando a norma constitucional apresentar vários significados, uns compatíveis com a Constituição, que, por isso, devem ser preferidos pelo intérprete, e outros com ela inconciliáveis.
- 59 O princípio da proporcionalidade compreende três outros subprincípios: o da pertinência ou aptidão, que se revela na exigência de que qualquer medida restritiva deve ser compatível com a finalidade perseguida; o da necessidade ou exigibilidade, segundo o qual a medida não pode ser substituída por outra, porventura, igualmente eficaz mas menos gravosa e tampouco há de exceder os limites indispensáveis à conservação do fim legítimo que se almeja; e o da proporcionalidade *stricto sensu*, que emerge da rigorosa ponderação entre o significado da intervenção para os atingidos e os objetivos perseguidos pelo legislador.
- 60 O princípio da proporcionalidade, em sua origem, dizia respeito à limitação do Poder Executivo, sendo considerado como medida para as restrições administrativas da liberdade individual. Posteriormente, assumiu um sentido amplo e passou a ser chamado também de princípio da proibição de excessos, em decorrência do estado de direito e dos direitos fundamentais. Sua aplicação, porém, demanda explicitação no texto constitucional, ou seja, previsão escrita.
- 61 Nem todas as normas constitucionais são de eficácia plena, pois algumas demandam regulamentação. Nesse caso, são normas programáticas, e a oportunidade e a avaliação da extensão do programa de regulamentação ficam a cargo, exclusivamente, do Poder Executivo.
- 62 As normas ou disposições constitucionais concretas podem ser consideradas como as que produzem ou podem produzir, desde a entrada em vigor da Constituição, os efeitos principais de interesses, comportamentos e situações que o legislador constituinte quis regular. Exemplo dessa natureza de normas é o dispositivo constitucional que proíbe o abuso do poder econômico que vise à dominação do mercado, à eliminação da livre concorrência e ao aumento arbitrário do lucro.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca do direito constitucional, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 63 Um intérprete de normas constitucionais, para resolver determinado caso concreto, percebeu que não havia norma relativa ao assunto, ainda que deficiente ou imperfeita. Logo, valeu-se do método de interpretação extensiva, que tem lugar exatamente quando há lacuna de norma para dado caso e aplica-se uma regra legal que regula casos semelhantes ou matérias análogas. Nessa situação, o intérprete partiu da presunção de que o legislador que houvesse contemplado a hipótese abordada teria dispensado o mesmo tratamento dado a situações semelhantes.
- 64 Após revisão constitucional prevista na Carta Política, o procurador-geral da República questionou o processo legislativo, pois a aprovação não observara: *quorum* qualificado de três quintos dos votos dos membros do Congresso Nacional, aprovação em dois turnos de discussão e votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Nessa situação, a pretensão do procurador-geral da República não tem como prosperar, pois a norma que versa sobre a revisão constitucional, prevista no art. 3.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, exige apenas voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.
- 65 Em revisão constitucional, o Congresso Nacional alterou disposições concernentes à forma federativa do Estado, a qual é imune à emenda constitucional. Nessa situação, por se tratar de revisão e não de emenda constitucional, não há qualquer irregularidade. Nesse sentido, faz-se dominante, na doutrina, o entendimento de que é ilimitada a competência do Congresso Nacional em sede de revisão constitucional.
- 66 Em face de uma lei federal que favoreceu linhas de crédito e simplificações nos terrenos administrativo, tributário, trabalhista e previdenciário para microempresas constituídas sob as leis brasileiras e que tivessem sua sede e administração no país, uma confederação nacional de dado setor empresarial ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, com base no princípio constitucional da livre concorrência e da isonomia. Nessa situação, a pretensão não poderá lograr êxito, pois há preceito constitucional acerca da atividade econômica, além de norma expressa na Carta Política, prevendo o tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, nas condições enunciadas na lei questionada.

- 67 O órgão competente de um estado da Federação examinou o estudo de impacto ambiental e, verificando a inviabilidade do empreendimento empresarial (indústria) a que ele se referia, indeferiu os pedidos de licenças administrativas para a instalação de uma fábrica de substâncias químicas. Nessa situação, agiu corretamente o estado, pois visou à defesa do meio ambiente, a qual constitui um dos princípios constitucionais da atividade econômica.
- 68 Uma empresa concessionária de serviço de telecomunicações, durante a validade do contrato de concessão, foi surpreendida com alteração das cláusulas regulamentares, embora tenha sido mantido o equilíbrio econômico-financeiro, por parte da administração pública, em razão de interesse público. Nessa situação, tal mudança nos termos do contrato foi ilegal, pois, embora a administração só transfira a execução dos serviços à iniciativa privada e mantenha a titularidade dos mesmos, não pode unilateralmente alterar cláusulas de um instrumento bilateral.
- 69 Uma lei federal, ao dispor acerca dos serviços de telecomunicações, autorizou que um estado-membro explorasse diretamente esses serviços. Nessa situação, tal lei encontra-se eivada de inconstitucionalidade, pois apenas a União pode explorar diretamente os serviços de telecomunicações ou outorgá-los a outrem.
- 70 A administração pública transferiu para uma emissora, mediante autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Nessa situação, esse ato pode ser anulado, pois a transferência de tais serviços é viável somente por intermédio da concessão ou da permissão e nunca por meio de autorização.
- 71 Um delegado da polícia federal, em investigação de uma série de graves infrações penais praticadas por agentes públicos ligados ao crime organizado, realizou, em caráter excepcional e sem autorização do Poder Judiciário, interceptação telefônica nas linhas dos investigados, com a finalidade de instruir o inquérito policial. Nessa situação, o delegado violou o sigilo das comunicações telefônicas, pois a Constituição exige, para tal medida, prévia ordem judicial.
- 72 Um projeto de emenda constitucional previu a quebra do sigilo telefônico para que o Ministério Público possa investigar os casos de desvio do patrimônio público e social. Nessa situação, inexistem óbices constitucionais para tal projeto, pois a norma que protege o sigilo telefônico não se reveste da natureza de cláusula pétrea.

73 Uma emissora de radiodifusão recebeu auto de infração da receita estadual, por não recolher o ICMS correspondente aos serviços prestados. Nessa situação, agiu regularmente o Estado, pois a imunidade para os serviços de telecomunicações não contempla o ICMS.

74 Uma associação de consumidores recebeu correspondência da EMBRATEL, noticiando a transferência aos consumidores, mediante autorização da respectiva agência reguladora, do encargo das contribuições sociais do PIS/PASEP e do COFINS, embutido no preço dos serviços. Diante de tal fato, a referida associação ajuizou ação civil pública, arguindo a inconstitucionalidade do ato normativo que permitiu tal prática. Nessa situação, o pedido deverá ser julgado improcedente, pois é pacífico o entendimento de que esse repasse aos consumidores finais de telefonia é constitucional e regular.

No que se refere à concessão de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

75 O ordenamento brasileiro, em matéria de prestação de serviços públicos, admite a descentralização ou desconcentração administrativa para determinados casos, como o do setor de telecomunicações. Nessas situações, a iniciativa privada, por meio de concessão ou permissão, prestará serviços de incumbência do Estado, com ou sem o concurso deste, em nome próprio, mediante remuneração pelo usuário, e assumirá o risco da atividade. Esses serviços denominam-se serviços públicos pró-comunidade.

76 Por desestatização compreende-se a desvinculação do Estado das atividades reservadas constitucionalmente à iniciativa privada. Podem ser consideradas espécies desse fenômeno na atualidade, no cenário político-jurídico brasileiro, não só as já conhecidas formas, mas também a privatização, a concessão e a permissão de serviços públicos.

77 Como no regime geral de concessão de serviços públicos, a concessão de serviços de telecomunicações é delegação de sua prestação, mediante contrato, por prazo determinado, no regime público, em caráter de exclusividade, sujeitando-se a concessionária aos riscos empresariais, remunerando-se pela cobrança de tarifas dos usuários.

78 Na prestação de serviço público por regime de parceria, o Estado estabelece aliança com pessoas jurídicas de direito privado e da iniciativa privada — ou seja, aquelas que, reguladas pelo direito privado, não sofrem ingerência estatal na sua estrutura orgânica —, incumbindo a tais pessoas a execução de atividades que beneficiem a coletividade, de modo que tal atuação se revista da qualificação de função delegada do poder público.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética acerca da concessão de serviços públicos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

79 Em um caso de autorização de serviço público de telecomunicações de telefonia móvel, o poder público estabeleceu que o regime da prestação seria exclusivamente de direito privado, conforme definição por decreto, feita pelo presidente da República. Nessa situação, tal procedimento é perfeitamente admissível de acordo com a Lei de Telecomunicações.

80 Uma concorrente de uma empresa beneficiada pela concessão de serviço público questionou judicialmente a validade do contrato formalizado entre a concessionária e a administração pública sob o argumento de que sua formalização deixou de observar requisitos legais que, embora ausentes na Lei n.º 8.987/1995, estavam previstos na legislação de contratos administrativos em geral. Nessa situação, em sua defesa, a empresa contratada deverá alegar que o contrato de concessão de serviço público é regido exclusivamente pela Lei n.º 8.987/1995, não se podendo invocar dispositivos de outro estatuto legal, porquanto aquela lei não faz expressa remissão a outras normas de contrato administrativo.

81 No julgamento das propostas, em um procedimento de licenciamento para concessão de serviço público, o poder concedente valeu-se da combinação de três critérios: menor tarifa, maior oferta e melhor oferta de pagamento após qualificação das propostas. Nessa situação, as empresas prejudicadas pela conjugação dos critérios adotados no julgamento da licitação poderão questioná-la judicialmente, pois a legislação autoriza a utilização de, no máximo, dois critérios simultâneos.

82 Em um procedimento licitatório para concessão de serviço público, logrou-se vencedor um consórcio de empresas. Porém, o registro desse consórcio não havia sido feito quando da apresentação das propostas, como verificou o poder concedente após o julgamento e a divulgação do resultado. Nessa situação, deverá ser contratado o licitante classificado em segundo lugar, pois são requisitos obrigatórios a pré-constituição e o registro do consórcio para se habilitar à licitação, não se admitindo que tais providências sejam realizadas após o julgamento.

83 Em um contrato de concessão de serviço público, o poder concedente fixou a tarifa inicial em desconformidade com a proposta vencedora da licitação e em montante inferior ao previsto no edital. Nessa situação, como a tarifa estipulada estava abaixo do valor da proposta vencedora e ameaçava a viabilização econômica-financeira dos serviços para a empresa contratada, esta poderia ajuizar medida judicial no propósito de ver garantida a tarifa constante de sua proposta, pois a legislação garante ao concessionário que a tarifa do serviço concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação.

- 84 Em um contrato de concessão de serviço público, deixou-se de inserir cláusula relativa aos critérios e procedimentos para reajuste e revisão das tarifas. Nessa situação, tal cláusula não tem o caráter de essencial, porque a legislação já prevê tais critérios e procedimentos no edital de licitação.
- 85 Na concessão de determinado serviço público, o poder concedente interveio para assegurar a adequação da prestação do serviço e das normas contratuais, formalizando seu ato de intervenção por meio de portaria do ministro de Estado a que estava afeta a matéria pertinente ao serviço prestado. Nessa situação, a intervenção deveria ter sido formalizada por decreto do chefe do Poder Executivo, nunca por portaria ou qualquer outro ato diverso.
- 86 Em um caso de intervenção na concessão de serviço público, o interventor somente instaurou o procedimento administrativo, para apurar as causas determinantes da medida, no trigésimo quinto dia depois de promovida a intervenção, e terminou esse procedimento duzentos dias depois de sua abertura. Nessa situação, não houve qualquer irregularidade, pois o prazo para instauração é de quarenta e cinco dias a contar da intervenção, e o prazo para o término do procedimento é de duzentos e dez dias, a partir da instauração, conforme dispõe a legislação pertinente.
- 87 Em um caso de concessão de serviço público, o poder concedente extinguiu a delegação por meio da retomada do serviço durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público. Nessa situação, esse tipo de extinção pode ser chamado de resgate e demanda lei que o autorize.
- 88 O poder cedente de determinado serviço público extinguiu a concessão ainda em vigor por meio do instituto da encampação. No entanto, efetuou, apenas posteriormente, o pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tinham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido. Nessa situação, o poder concedente deixou de observar disposição legal que exige a indenização prévia para que ocorra a encampação.

Em relação a regulação e agências reguladoras, julgue os itens seguintes.

- 89 No Brasil, as agências reguladoras foram constituídas como autarquias de regime especial, integrantes da administração indireta, desvinculadas do ministério competente para tratar da respectiva atividade, pois são caracterizadas pela independência administrativa, não subordinação hierárquica e autonomia financeira.
- 90 As agências reguladoras possuem, entre outras, as seguintes atribuições: regular os serviços objeto da delegação, realizar licitação para a escolha do concessionário, permissionário ou autorizado, definir o valor da tarifa e sua revisão e reajuste, controlar a execução dos serviços, aplicar sanções, encampar, decretar caducidade, intervir, fazer reversão dos bens ao término da concessão, fazer o papel de ouvidor de denúncias e reclamações dos usuários.

- 91 A dimensão estrita da regulação se traduz no condicionamento normativo da atividade econômica privada. As agências reguladoras, dessa maneira, afinam-se com a noção estrita de regulação, pois um de seus traços marcantes é o poder normativo, que atua na atividade econômica e compreende a regulamentação de leis.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da prestação de serviços públicos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 92 Um concessionário de serviços de telecomunicações, em decorrência da baixa densidade demográfica de certa região e do baixo poder aquisitivo dos moradores, deixou de disponibilizar os serviços para incrementar o atendimento do setor mais movimentado e nobre da cidade, sem oferecer qualquer alternativa, apesar de o contrato compreender os serviços naquela área. Nessa situação, o concessionário deixou de atender aos deveres da continuidade e da universalização dos serviços públicos.
- 93 Uma semana após a formalização de um contrato de concessão de serviços de telecomunicações, o poder concedente exigiu da empresa concessionária o cumprimento das obrigações e ameaçou aplicar sanções previstas. Em resposta, a concessionária alegou que o contrato não possuía eficácia porquanto ainda não havia sido publicado, sequer de forma resumida, no Diário Oficial da União. Nessa situação, tal argumento não possui lastro legal, porque, dada a natureza dos serviços, a eficácia desse tipo de contrato independe de publicação.
- 94 Em caráter excepcional, por circunstância comprometedora do funcionamento dos serviços de telecomunicações, a ANATEL outorgou esses serviços, mediante procedimento licitatório simplificado, a uma empresa do ramo. Vencido o prazo máximo de sua prestação, a permissão foi mantida, pois persistia a situação excepcional que a motivara. Nessa situação, a prorrogação é ilegal, sem respaldo no ordenamento, podendo ser invalidada judicialmente.
- 95 Uma prestadora de serviços de telecomunicações em regime privado, ao ter as condições contratuais originais alteradas por novas disposições constantes de ato regulamentar posterior ao início de suas atividades, sustentou judicialmente vulneração ao direito adquirido. Nessa situação, assiste razão à prestadora, pois ela possui direito adquirido quanto às condições vigentes quando do início de suas atividades e qualquer alteração posterior só poderá valer para novos atos autorizativos e não para aqueles já em vigência.

Acerca dos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, julgue os itens que se seguem.

- 96 Toda e qualquer pessoa física ou jurídica que deseje exercer atividade econômica deverá, previamente, solicitar autorização ao órgão público competente da unidade da Federação onde estabelecerá seu domicílio.
- 97 O Estado é incumbido do dever de regulamentação e fiscalização da atividade econômica e, por essa razão, não pode exercer, diretamente, essa atividade.
- 98 É defeso ao Estado conferir a determinada empresa pública federal privilégios fiscais que não sejam extensíveis às demais empresas públicas privadas.

Com relação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), julgue os itens a seguir.

- 99 Considerando, por hipótese, que o atual presidente do CADE tenha sido nomeado para esse cargo no dia 20/1/2003 e que não seja reconduzido, seu mandato terá duração até 19/1/2005.
- 100 O detentor do cargo de Presidente do CADE não pode exercer profissão liberal.
- 101 Se determinada pessoa jurídica de direito privado for contumaz na prática de atos que atentem contra a ordem econômica, diante desse fato, caberá a conselheiro do CADE tomar medida preventiva no sentido de coibir esses atos. Contudo, esse conselheiro não poderá aplicar qualquer penalidade, caso advenha o descumprimento da medida.
- 102 O CADE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 103 Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado ato praticado pela sociedade empresária Andrade Representações Ltda. foi submetido à apreciação do CADE. Após regular procedimento administrativo, o plenário do CADE proferiu decisão condenatória. Nessa situação, a decisão constitui título executivo extrajudicial.
- 104 O CADE somente pode aplicar penalidades pela prática de atos contrários à ordem econômica, como o abuso do poder econômico e a concorrência desleal, às pessoas dotadas de personalidade jurídica.

Quanto à Secretaria de Direito Econômico (SDE), julgue os itens subsequentes.

- 105 Se determinada pessoa jurídica de direito privado, atuante no ramo de venda de produtos cosméticos, praticar atos presumidamente contrários à ordem econômica, caberá à SDE proceder a averiguações preliminares para a instauração de processo administrativo.
- 106 Ao se verificar prática que constitua infração à ordem econômica, cabe à SDE adotar medidas preventivas para a cessação dos atos, fixando prazo para o cumprimento destas. Caso sejam descumpridas, caberá, exclusivamente, ao plenário do CADE aplicar a penalidade cabível.

Com referência a condutas que constituem infração da ordem econômica, cada um dos seguintes itens contém uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 107 Proprietários de seis postos de combustíveis situados em uma cidade-satélite do Distrito Federal (DF) combinaram fixar o preço do litro da gasolina em cinco centavos mais barato que o valor praticado nos demais postos do DF. Nessa situação, a conduta não constitui infração à ordem econômica, pois os valores fixados são benéficos aos consumidores.
- 108 Possuidora de extensa plantação de soja para a consecução de seu objeto social, a empresa Leguminosa S.A. destruiu a sua plantação, sem justa causa comprovada. Nessa situação, tal ato não configura infração à ordem econômica, uma vez que a plantação constitui propriedade privada da referida pessoa jurídica e, portanto, é de sua livre disposição.

109 O banco Argentorato S.A. praticou ato de abuso de poder econômico e, após procedimento administrativo regular, foi julgado e condenado pelo plenário do CADE. Nessa situação, o banco poderá ser obrigado a publicar o extrato da decisão condenatória em jornal indicado na decisão, em meia página, por dois dias seguidos, de uma a três semanas consecutivas.

110 Repasto S.A., pessoa jurídica de direito privado que atua no ramo de produção de gêneros alimentícios, praticou atos de concentração econômica no período compreendido entre 5/2/2004 e 6/3/2004. Nesse caso, após o dia 7/3/2009, prescreverá a infração praticada.

Julgue os itens que se seguem, quanto aos atos e contratos a serem submetidos ao CADE.

- 111 Se um grupo de empresas praticou atos que poderão resultar na dominação de mercados relevantes de produção de utensílios domésticos, visando a aumentar a produtividade, tais atos poderão ser autorizados pelo CADE.
- 112 O CADE exerce função preventiva, cancelando contratos firmados entre particulares, que visem limitar ou reduzir as infrações contra a ordem econômica.
- 113 A aprovação conferida pelo CADE às avenças firmadas entre particulares poderá ser revista se a decisão tiver base em informações falsas ou enganosas prestadas pelos interessados.
- 114 A execução de decisão condenatória do CADE pode ser feita por todos os meios, com exceção dos atos que impliquem intervenção na empresa.
- 115 Se o CADE proferir decisão condenatória contra determinada pessoa jurídica que possua domicílio no estado da Bahia, a execução da referida decisão deverá ser promovida, necessariamente, perante a justiça federal do DF.
- 116 À exceção do *habeas corpus* e do mandado de segurança, as ações de execução das decisões do CADE terão preferência sobre as demais demandas.

No que se refere à proteção ao usuário do serviço brasileiro de telecomunicações, julgue os itens a seguir.

- 117 O usuário de serviços de telecomunicações goza de liberdade de escolha de sua prestadora de serviços.
- 118 A prestadora de serviços de telecomunicações não pode proceder à divulgação de código de acesso de usuário, caso este o requeira.
- 119 Se uma empresa prestadora de serviços de telecomunicações praticar ato ilícito de concentração econômica, esse ato deverá ser submetido à apreciação da ANATEL e não ao CADE.
- 120 Se uma pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviços de telecomunicações, pretende explorar esses serviços em regime público, dependerá, para tanto, de outorga da ANATEL, mediante permissão de serviço público.

PROVA DISCURSIVA

- Nas questões da prova discursiva — cada uma delas valendo **2,5 pontos** —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas páginas de **TEXTOS DEFINITIVOS** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Em cada questão, utilize, no máximo, **trinta linhas**, pois qualquer fragmento de texto além dessa extensão será desconsiderado.
- Também será desconsiderado o texto que não for escrito na página de texto definitivo correspondente.

ATENÇÃO! Nas folhas de textos definitivos da prova discursiva, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Sistemas de comunicação podem ser classificados em analógicos e digitais. Atualmente, a digitalização de sinais analógicos, como no caso da telefonia e da radiodifusão sonora e de imagens, constitui um processo irreversível. Embora apresente diversas vantagens, o sistema digital também possui problemas na transmissão de sinais, que vêm sendo resolvidos pelo uso de técnicas adequadas.

A partir das informações acima, redija um texto argumentativo identificando os motivos pelos quais os sinais analógicos, nos sistemas que transmitem voz e imagem, vêm sendo substituídos pelos sinais digitais. O texto deve abordar, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ robustez de um sinal em face do ruído;
- ▶ possibilidades de novos serviços de telecomunicações;
- ▶ capacidade de transmissão;
- ▶ uso de espectro.

QUESTÃO 2

Os sistemas de comunicação são fundamentados em duas plataformas básicas: via rádio e via cabo. As tecnologias de sistemas via satélite e via fibra óptica constituem exemplos, respectivamente, de plataformas desses tipos de sistema. Essas tecnologias se destacam por apresentarem características importantes para os sistemas de telecomunicações, em função de capacidade de tráfego, capacidade de cobertura, mobilidade e custos relativos à infraestrutura.

Considerando essas informações, redija um texto argumentativo que compare as plataformas de sistemas via satélite às de sistemas via fibra óptica, com vistas a destacar as vantagens e as desvantagens de cada sistema. O texto deve abordar, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ capacidade de tráfego de informação;
- ▶ capacidade de cobertura;
- ▶ estado da arte;
- ▶ aplicações típicas.

QUESTÃO 3

Uma empresa norte-americana, com sede na cidade de Nova Iorque, atualmente em fase de expansão comercial, pretende participar do mercado brasileiro de telecomunicações. Em razão disso, contratou consultoria com a finalidade de obter informações acerca das condições objetivas e subjetivas necessárias à outorga de autorização para explorar o referido serviço em regime privado.

A partir das informações acima, redija texto argumentativo em que sejam descritas, com fundamentação, as condições objetivas e subjetivas legais que a empresa norte-americana deverá observar para que lhe seja outorgada autorização para exploração de serviço de telecomunicação no Brasil, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ legislação pertinente;
- ▶ requisitos mínimos objetivos e subjetivos necessários para a outorga de serviço de telecomunicação em regime privado.

QUESTÃO 4

Entre os fatores que caracterizam um país subdesenvolvido, está o contraste clamoroso nos níveis de vida da população. O exemplo das famílias que habitam em cavernas, na fronteira do Piauí com o Ceará, mostra que subdesenvolvido e injusto são conceitos suaves para definir a nação.

O fato de famílias viverem, há mais de uma geração, quase como homens do período paleolítico desafia qualquer aspecto que possa sustentar um perfil minimamente moderno e igualitário da sociedade. Para esses poucos lavradores, o fogo ainda é uma arma vital.

Enquanto alguns reclamam do exíguo espaço dos apartamentos modernos, estes moram entre fendas de rochas, encolhidos pelo teto baixo, ameaçados por desabamento e sem o menor instrumento que permita identificar traços do que a civilização denomina habitação. Não dormem sobre camas, mas sobre jiraus. Caneta, xampu e sabonete são seus objetos de desejo.



Antonio Millena/Abril imagens

Para um país que enfrenta sérias contradições sociais, os habitantes das serras da Ibiapaba e Grande retratam de maneira mais impressionante o quanto são profundas as disparidades nacionais. Não se trata de tomar esse caso, chocante mas localizado, um emblema nacional. Ainda assim, ele lembra o quanto ainda tem de ser feito para se chegar à modernidade.

Folha de S. Paulo, 22/2/1996 (com adaptações).

Tomando por estímulos o fragmento e a ilustração acima bem como o texto de abertura da prova objetiva de Conhecimentos Básicos, redija um texto dissertativo que apresente seu posicionamento acerca do seguinte tema.

O auxílio das telecomunicações no combate às diferenças sociais.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	